



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200544-1

229

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: HERODOTO PINHEIRO RAMOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

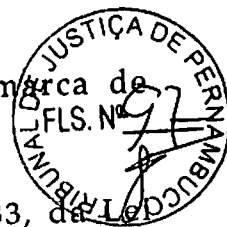
PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

5u60

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. RETARDO JUSTIFICADO. COMPLEXIDADE DO FEITO. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. INACOLHIDA. LUGAR DA INFRAÇÃO. CRIME PERMANENTE. VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE.

1. O alegado excesso de prazo resta plenamente justificado pela complexidade do feito, que se revela pelo número de acusados e, ainda, consideradas as peculiaridades do processo, de forma a afastar, por ora, o alegado constrangimento ilegal.
2. Embora a prisão do paciente tenha ocorrido na Comarca de Catende, a consumação do crime em análise se deu na Comarca de Olinda, tendo em vista que a substância ilícita foi apreendida no interior da sua residência (localizada em Rio Doce/Olinda). Leva-se, ainda, em consideração que o delito é classificado como permanente, razão pela

qual o Juízo competente para processar o feito é o da Comarca de Olinda.



3. A prisão em flagrante do paciente se deu com base no art. 33, da Lei nº 11.343/06. É cediço que a proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente para a negativa de concessão do benefício requestado.

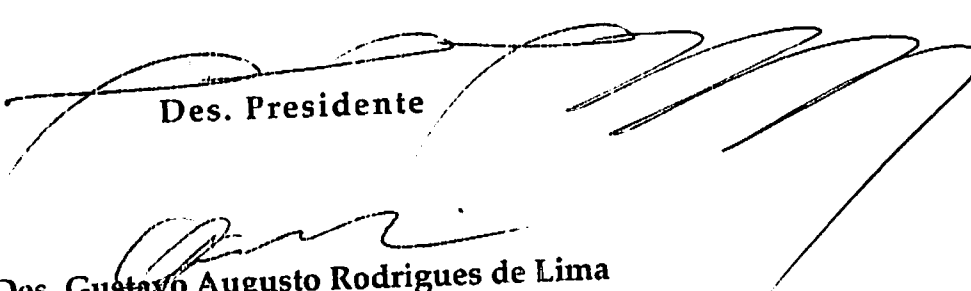
230


4. *Habeas Corpus* denegado, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0200544-1 onde figura como paciente José Carlos Moreira da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **denegar a ordem de habeas corpus** pleiteada, nos termos do voto do Relator.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

231

PROCESSO Nº 0200544-1

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: HERODOTO PINHEIRO RAMOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

RELATÓRIO

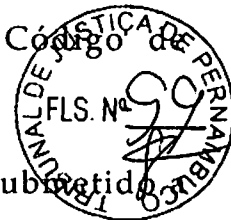
Os advogados Herodoto Pinheiro Ramos Filho e Soraya Ribeiro Varejão impetrou o presente *habeas corpus* em favor de JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda.

Os impetrantes aduzem que o paciente foi preso em flagrante no dia 04/01/2009, na posse de substância entorpecente (dois 'sacoletes de crack e um comprimido de ecstasy'), para uso próprio.

Alegam que o paciente foi detido na cidade de Catende e, interrogado, confessou que estava na posse do material apreendido, tendo sido coercitivamente conduzido para a Comarca de Recife e, posteriormente, enviado ao Juízo da 2ª Vara criminal da Comarca de Olinda.

Argumentam que o Juízo indigitado coator é incompetente para conhecer e processar ação penal intentada em desfavor do paciente,

diante da inobservância ao disposto no art. 70, *caput*, do Código de Processo Penal.



Assevera, outrossim, que o paciente está sendo submetido a constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo para o término da instrução criminal, levando-se em conta que, transcorridos mais de 270 (duzentos e setenta) dias, ainda não foram inquiridas as testemunhas de acusação.

232

Requer, assim, que seja concedida a medida liminar, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pleiteia a concessão em definitivo da ordem de *habeas corpus* pleiteada.

O pedido de liminar restou indeferido por esta Relatoria às fls. 77/78.

A autoridade apontada como coatora, instada a prestar informações, relatou com detalhes como se deu o curso do processo que tramita em desfavor do paciente às fls. 85/87.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou, por intermédio do parecer de fls. 91/92, pela denegação da presente ordem, não vislumbrando restar configurado o aludido constrangimento ilegal.

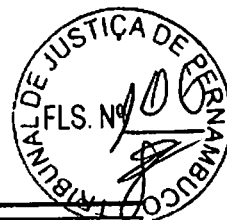
É O RELATÓRIO.

Recife, / 5 de dezembro de 2009.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0200544-1

HABEAS CORPUS

233

IMPETRANTES: HERODOTO PINHEIRO RAMOS FILHO E OUTRO

PACIENTE: JOSÉ CARLOS MOREIRA DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: GERUSA TORRES DE LIMA

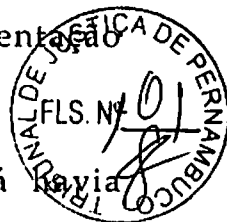
VOTO

Conforme relatado, de acordo com os impetrantes, o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o término da instrução, alegando, ademais, que houve inobservância ao disposto no art. 70, *caput* do Código de Processo Penal.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo processante, o paciente, juntamente com as pessoas de Lindemberg Rosendo da Silva e Maria Aparecida de Lima Oliveira, foi denunciado como incurso nas penas dos arts. 33 e 35, da Lei nº 11.343/06, tendo sido presos em flagrante delito no dia 04/01/2009.

Depreende-se que o paciente e os outros denunciados foram devidamente interrogados, bem como foram inquiridas duas testemunhas arroladas pelo *parquet*. A autoridade impetrada frisou, ainda, em seus esclarecimentos, que a audiência de continuação designada para o dia 31/08/09 só não se realizou porque a defesa dos denunciados exigira suas presenças para o ato processual, sendo que,

de qualquer forma, a falta de escolta impossibilitaria a apresentação dos mesmos.



O Juízo processante findou por noticiar que já havia designado data para concluir a instrução criminal, qual seja, 02/12/2009.

234

Diante da leitura dos informes oficiais e de consulta realizada no sítio eletrônico do TJPE, verifico que as alegações dos impetrantes não merecem guarida.

Com efeito, o alegado constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo não se confirma. Como visto, a instrução criminal se já não findou está prestes a ser concluída.

Não se pode olvidar, outrossim, que o feito que tramita em desfavor do paciente se reveste de complexidade ante a existência de pluralidade de réus, demandas direcionadas à obtenção de concessão de liberdade provisória e relaxamento de prisão, além de situações outras, tais como o tratamento de saúde de um dos co-réus, férias da Magistrada e pauta de processos com prioridade em razão da Meta 2 estabelecida pelo CNJ, implicando em delonga no prazo para o encerramento do feito.

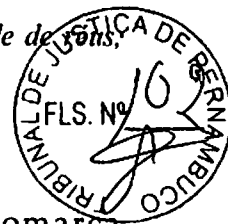
Vê-se, portanto, das informações trazidas a lume pelo Exma. Juíza, que o relativo excesso de prazo resta plenamente justificado, inexistindo, pois, constrangimento ilegal.

Sobre o assunto, veja-se os seguintes Precedentes:

TACRSP: "O prazo legal para a conclusão de processo de réu preso não pode ser resultado da simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na lei, mas deve se adequar à complexidade da causa" (RJDTACRIM 31/329).

STJ: "Ainda que a lei processual estabeleça prazos mínimos para o encerramento da formação da culpa na hipótese de ação penal em que são denunciados réus sob custódia preventiva, a ultrapassagem desse prazo não constitui constrangimento ilegal, nos casos em que o processo, pelas suas

peculiaridades, revela acentuada complexidade, seja pela pluralidade de fatos, seja em face da colheita de provas" (RT 764/504).



Relativamente ao argumento de que o Juízo da Comarca de Olinda é incompetente para processar o feito, tendo em vista que a prisão em flagrante foi realizada em Comarca diversa (Catende), tenho que igualmente não é digno de amparo.

235

Ora, examinando atentamente os fólios, ressalta o fato de que o crime em testilha ocorreu na Comarca de Olinda, tendo sido apreendido material (substância entorpecente) no interior da residência do paciente, ocasião em que um dos co-réus foi preso e, mais tarde, através de diligência, foi realizada a prisão do paciente e de sua companheira na Comarca de Catende.

Ao deliberar sobre pedido de relaxamento de prisão formulado em favor do paciente, a autoridade impetrada teceu as seguintes considerações, extraídas do sítio eletrônico, *verbis*:

"(...)

No tocante à alegada ilegalidade da prisão de um dos imputados, deve o nobre defensor atentar-se para que o crime em comento é de natureza permanente, tendo certa quantidade da droga sido apreendida no interior da residência do imputado situada nesta Comarca (núcleo central da atividade) e, dando continuidade à diligência, o imputado findou por ser preso em Catende.

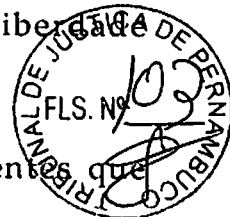
Conforme já apreciado, tratando-se de crime permanente, considerando que a diligência iniciou-se nesta Comarca, redundando na prisão do imputado em Catende e, por fim, tratando-se de crime permanente, considero este Juízo como competente, razão pela qual indefiro o pedido de relaxamento da prisão em flagrante, considerando como perfeitamente válida e legal a prisão.

"(...)"

Então, considerando que a consumação do crime de tráfico de drogas (ter em depósito) prolonga-se no tempo (crime permanente), subsiste o estado flagrancial e, portanto, não há que se falar em incompetência do Juízo.

Por derradeiro, é de se levar em conta que o crime atribuído ao paciente é daqueles equiparados aos denominados

hediondos, de sorte que a concessão do benefício da liberdade provisória é vedada.



Por oportuno, colaciona-se os seguintes Precedentes que corroboram a tese acima levantada:

236

"O artigo 44 da Lei Especial 11.343/06 manteve a proibição da liberdade provisória ao tráfico de drogas, não revogada pela 11.464/07 que modificou o artigo 2º, inciso II, da Lei 8.072/90." (TJ-RS, 3ª Câmara Criminal, HC. nº 70019151349, Rel.ª Des.ª Elba Aparecida Nicolli Bastos, publicado em 03.05.2007)

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NA LEI N.º 11.343/06. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. FLAGRANTE PREPARADO. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR.

1. A negativa do benefício da liberdade provisória, nos crimes hediondos e assemelhados, encontra amparo no art. 5.º, XLIII, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais, conforme o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal.

2. Acrescente-se, ainda, que em relação ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes existe expressa vedação legal à concessão do benefício (art. 44 da Lei n.º 11.343/06), o que é suficiente para negar ao Recorrente o direito à liberdade provisória.

3. (Omissis).

4. (Omissis).

5. Habeas corpus denegado."

(HC 85068 / SP HABEAS CORPUS2007/0138470-0. Relatora: MINISTRA LAURITA VAZ. Órgão Julgador: QUINTA TURMA. Julgamento: 07/02/2008).

Em função do exposto, em consonância com o entendimento da Exma. Procuradora de Justiça, não vislumbrando qualquer ilegalidade a ser sanada, voto pela denegação da ordem de *habeas corpus* requerida.

É COMO VOTO.

Recife, 15 de dezembro de 2009.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR